

## **Índice**

1.	CONTEXTO OPERACIONAL .....	2
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	4
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	16
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
6.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO .....	18
7.	CONTAS A RECEBER .....	23
8.	ESTOQUES .....	24
9.	IMPOSTOS A RECUPERAR .....	25
10.	INVESTIMENTOS .....	26
11.	IMOBILIZADO .....	27
12.	INTANGÍVEL .....	29
13.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	31
14.	FORNECEDORES .....	35
15.	SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER .....	35
16.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....	36
17.	CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS .....	38
18.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS .....	39
19.	COMPROMISSOS .....	41
20.	PARTES RELACIONADAS .....	41
21.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	42
22.	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	43
23.	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS .....	44
24.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	44
25.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS .....	44
26.	RESULTADO FINANCEIRO .....	45
27.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO .....	46
28.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	48
29.	LUCRO POR AÇÃO .....	50
30.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS .....	51
31.	COBERTURA DE SEGUROS .....	52

**FLEURY S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013.****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL****1.1 – A Sociedade**

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Sociedade”, “Controladora” ou “Companhia”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury” ou “Grupo”) tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

O Grupo Fleury é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e Distrito Federal. As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), denominados Novo Mercado.

**1.2 – Combinação de Negócios****1.2.1 – Grupo Papaiz**

Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. (“Fleury CPMA”) concluiu a aquisição da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (“Grupo Papaiz”) mediante o cumprimento das condições precedentes das partes e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com a conclusão da operação, foi assinado Acordo de Acionistas entre Fleury CPMA e Clidec (Controlada de Odontoprev S.A), no qual Fleury S.A. e Odontoprev S.A. figuram como intervenientes anuentes, tendo como objetivo regular determinados aspectos de suas relações na qualidade de acionistas da Papaiz. Fleury CPMA detém 51% do capital social do Grupo Papaiz e a Clidec detém os 49% restantes.

**1.2.2 – Labs Cardiolab**

A incorporação de LabsCardiolab foi aprovada pelos acionistas de Fleury S.A. em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2011.

A aquisição de participação acionária em LabsCardiolab pela Sociedade foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 3 de agosto de 2011, nos termos da legislação em vigor a época. Até o momento, não houve ainda julgamento do processo.

Em 13 de julho de 2011, o Fleury S.A. celebrou Acordo de Investimento que previa a aquisição de 100% da empresa LabsCardiolab Exames Complementares S.A (“LabsCardiolab”). A LabsCardiolab era uma empresa que atuava no setor de medicina diagnóstica no Estado do Rio de Janeiro.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

### **Demonstrações financeiras – Controladora**

As demonstrações financeiras da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### **Demonstrações financeiras – Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards – IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as práticas contábeis, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de dezembro de 2010, e encontram-se arquivadas na CVM e na BM&FBOVESPA via Sistema IPE, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”.

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 12 de março de 2014.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo Fleury optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### **Base de elaboração**

Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição é utilizado.

Na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs, a Administração da Sociedade precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

#### **Base de consolidação**

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem informações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

### **Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo Fleury possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “recebíveis”.

#### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos exceto para os créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo ou no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Fleury administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

## **Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas com base nas características operacionais de cada segmento.

## **Conversão de moeda estrangeira**

### Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Fleury são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional do Grupo Fleury.

### Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, exceto para as contas a receber de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, menos a provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa ("PDD").

## **Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

## **Combinação de negócios**

### Demonstrações financeiras - Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, esta é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecidos no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

### Demonstrações financeiras - Controladora

Nas demonstrações financeiras – Controladora, o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo

Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade é reclassificado da conta de “Investimento” para a conta “Intangível”.

## **Ágio**

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas na data do balanço patrimonial no final de cada exercício a teste de redução no valor recuperável ou, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

## **Ativo Imobilizado**

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



<b><u>Classes de Imobilizado</u></b>	<b><u>Vida Útil (anos)</u></b>
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	13
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5*

*\* Prazo médio de vigência de contratos de aluguel*

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

## **Ativo Intangível**

### **Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### **Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios**

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos segregados do ágio e registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil determinado, como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **Transações e participações não controladoras**

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da adquirida é registrada no patrimônio líquido.

## **Instrumentos financeiros passivos**

### Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo e “swaps” de moedas. A Nota 6 “Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro” inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

## **Benefícios a empregados**

### Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

### Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, o Grupo Fleury revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições com base na aquisição de direito. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa

acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

### Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período, frente as metas estabelecidas. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados.

### **Tributação**

As despesas com imposto de renda e contribuição social representam a soma dos tributos correntes e diferidos.

#### Tributos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável (lucro real) difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque adiciona-se as despesas indedutíveis e exclui as receitas não tributáveis, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### Tributos diferidos

Os tributos sobre a renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando aplicáveis. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as exclusões temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as adições temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável, de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada na data de cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos tributos administrados

pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

## **Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 18 “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

## **Arrendamentos mercantis**

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos e financiamentos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

## **Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

### Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

### Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controladora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

## **Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração para submeter à Assembleia Geral Ordinária.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, para atendimento da norma fiscal, e revertido para fins de apresentação de informações financeiras.

## **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## **Avaliação dos impactos da Medida Provisória (MP) nº 627**

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa avaliar e decidir sobre sua adoção antecipada, ou não, dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

#### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como sua participação (direta e indireta):

	Data de Aquisição	Participação %	
		31/12/2013	31/12/2012
Papaiz Associados Diagnóstico por Imagem S/S Ltda.(indireta)	Janeiro de 2013	51%	-
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados ("Fleury CPMA") – SP	Constituído em Junho de 2003	100%	100%
Clínica Luiz Felipe Mattoso.	Agosto de 2011	Incorporada 100% por Fleury S.A. em dezembro/12	Incorporada 100% por Fleury S.A. em dezembro/12

#### Reestruturações societárias

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 30 de dezembro de 2012, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Clínica Luiz Felipe Mattoso ("Felippe Mattoso"), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$20.393. Conforme quadro abaixo:

	31/12/2012 Felippe Mattoso
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	1.187
Contas a receber	11.347
Imobilizado e Intangível	14.432
Fornecedores	(2.369)
Obrigações fiscais	(223)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.355)
Outras obrigações	(2.626)
Acervo líquido incorporado	<b><u>20.393</u></b>

#### Combinações de negócios

Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Fleury CPMA concretizou a aquisição de 51% do Grupo Papaiz, empresa que atua na cidade de São Paulo, prestando serviços de radiologia odontológica e documentação ortodôntica. Os demais 49% do capital social, pertencem a Clidec (Controlada de Odontoprev S.A).

Por ser uma empresa de controle compartilhado, a participação é registrada por equivalência patrimonial, em conformidade ao CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.



A alocação do ágio de acordo com as normas contábeis aplicáveis em combinação de negócios foi realizada no terceiro trimestre de 2013. A análise de reconhecimento e mensuração resultou nos ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

Valor justo dos itens do imobilizado	492
Ativo reconhecido Relacionamento com clientes	2.186
Ativo reconhecido Contrato de não competição	825
IRPJ Diferido	(876)
CSLL Diferido	(315)
Ágio	5.853

Em 1º de agosto de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da LabsCardiolab que prestava serviços de exames diagnósticos por imagem no estado do Rio de Janeiro.

Em 30 de agosto de 2012, foi efetuado o pagamento de R\$7.121 referente ao Ajuste do Preço de Compra de LabsCardiolab, previsto no Acordo de Investimentos celebrado em 13 de julho de 2011.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	5.347	6.268	5.417	6.444
Aplicações financeiras:				
Fundos Exclusivos (a)	523.304	-	523.304	-
Operações Compromissadas (b)	<u>10.202</u>	<u>173.875</u>	<u>11.222</u>	<u>174.354</u>
	<b><u>538.853</u></b>	<b><u>180.143</u></b>	<b><u>539.943</u></b>	<b><u>180.798</u></b>

(a) Através da liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures, finalizada em 15 de fevereiro de 2013, foram constituídas cotas em Fundos Exclusivos que se enquadram na categoria de renda fixa, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como objetivo buscar a valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, com liquidez imediata. No período de 15 de fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, os Fundos Exclusivos apresentaram uma rentabilidade média ponderada de 102,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Estes fundos exclusivos não podem realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Os fundos exclusivos não podem ficar expostos a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as Operações Compromissadas foram remuneradas a uma taxa média ponderada de 98,4% do CDI (No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 103% do CDI). Essas operações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanças de valor. As operações compromissadas se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do Banco (Vendedor), de recompra-lo e da Sociedade (Compradora), de revendê-lo no futuro.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são riscos de mercado, incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política para gestão de capital, de riscos de mercado e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para hedge dos riscos associados. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

### Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

### Índice de alavancagem financeira

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	(984.526)	(560.063)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>539.943</u>	<u>180.798</u>
Dívida líquida	(444.583)	(379.265)
Patrimônio líquido	1.689.033	1.705.908
Índice de alavancagem financeira	0,26	0,22

### Riscos de Mercado

Risco de taxa de câmbio

A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente, o dólar norte-americano). O risco vinculado a estes ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos em moeda estrangeira representam 1% do total do passivo consolidado. A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio. A Sociedade possui ativos em moeda estrangeira (saldo a receber de clientes), representando 0,1% do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante o contas a pagar de fornecedores contratados em moeda estrangeira.

A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços e contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2013 (US\$1.00 - R\$2,34):

	US\$ mil
	Controladora e
	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante - Contas a receber	206
Passivo - Fornecedores	(575)
Derivativos	107
<b>Exposição líquida *</b>	<b><u>(262)</u></b>

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, para determinação dos efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Sociedade e suas controladas consideravam como cenário provável (Cenário I), qual seja a média ponderada das taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nominal do contrato e adotaram os cenários de variações positivas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social.

			Variação desfavorável – consolidado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(perda) ganho	(perda) ganho	(perda) ganho
				+25%	+50%
Vencimento	Risco (*)				
Taxa de câmbio (em R\$)			2,4414	3,0517	3,6621
Clientes	2014	Desvalorização US\$	20	146	272
Fornecedores	2014	Elevação US\$	(57)	(408)	(758)
Derivativos			<u>13</u>	<u>77</u>	<u>140</u>
<b>Efeito líquido</b>			<b><u>(24)</u></b>	<b><u>(185)</u></b>	<b><u>(346)</u></b>

(\*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

### Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2013, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem:

<u>Cenários</u>	<u>Cenário I</u> <u>Atual</u>	<u>Cenário II</u> <u>+25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>+50%</u>
Taxa do CDI (a.a.)	9,77%	12,21%	14,66%
Despesas com juros projetadas (*)	445.317	538.923	631.508

\* Calculados até o término de cada contrato indexado

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao Contas a Receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas dos empréstimos e das debêntures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido pela Diretoria de Finanças. A área de Diretoria de Finanças investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de

2013, o Grupo Fleury mantinha um Caixa e equivalente de caixa de R\$539.943 (em 31 de dezembro de 2012, R\$180.798).

O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de <u>1 ano</u>	Entre 1 e <u>2 anos</u>	Entre 2 e <u>5 anos</u>	Acima de <u>5 anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Debêntures	70.816	50.000	516.667	333.333
Empréstimos e financiamentos	2.616	3.318	5.984	1.792
Instrumentos financeiros derivativos	(9)	-	-	-
Fornecedores	104.312	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	9.079	7.852	7.155	1.347
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Debêntures	1.669	50.000	300.000	100.000
Empréstimos e financiamentos	86.663	13.833	6.485	1.413
Instrumentos financeiros derivativos	(12.608)	-	-	-
Fornecedores	70.997	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	10.574	4.491	16.287	3.968

#### Política de uso de Derivativos

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor nominal (US\$ mil)</u>	<u>Moeda</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média de câmbio contratada (R\$)</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Resultado até 31/12/2013</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
NDF	1.158	US\$	Itaú BBA	30/04/13 a 28/06/13	2,1063	(33)	26	7	-
NDF	3.818	US\$	Votorantim	28/01/13 a 27/12/13	2,1033	(94)	284	(190)	-
NDF	107	US\$	Santander	25/03/14 a 24/06/14	2,3152	-	9	-	9
SWAP	30.922	US\$	Itaú BBA	13/05/13	1,617	<u>12.735</u>	<u>(1.651)</u>	<u>(11.083)</u>	-
<b>Total controladora e consolidado</b>						<b><u>12.608</u></b>	<b><u>(1.332)</u></b>	<b><u>(11.266)</u></b>	<b><u>9</u></b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira e pagamentos de fornecedores no montante de US\$107 mil e apresentam uma receita líquida a receber de R\$9 na Controladora e no Consolidado (2012 - ganho líquido de R\$12.608 na Controladora e no Consolidado) registrado no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

Os contratos de instrumentos derivativos liquidados em 2013 resultaram em uma entrada de caixa de R\$11.266, sendo que R\$ 11.083 refere-se à operação de Swap para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio de financiamento (Resolução 4131, liquidado em Maio de 2013).

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

<u>Situação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
Variação da taxa de câmbio	0%	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	1,8310	1,2207	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	2,4414	-	-	3,0517	3,6621

## Variação da taxa de câmbio

## Controladora e consolidado

	Cenário I (perda)/ <u>ganho</u>	Cenário II (perda)/ <u>ganho</u>	Cenário III (perda)/ <u>ganho</u>	Cenário IV (perda)/ <u>ganho</u>	Cenário V (perda)/ <u>ganho</u>
<u>Efeito no Passivo em US\$</u>					
Fornecedores	(57)	294	645	(408)	(758)
<u>Efeito nos Derivativos</u>					
NDF	<u>13</u>	<u>(50)</u>	<u>(114)</u>	<u>77</u>	<u>140</u>
<b>Efeito líquido (a)</b>	<b><u>(44)</u></b>	<b><u>244</u></b>	<b><u>531</u></b>	<b><u>(331)</u></b>	<b><u>(618)</u></b>

(a) Variações do efeito líquido decorrentes da contratação de instrumentos derivativos para suportar importações em andamento contratadas em dólar norte americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade.

## 7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Duplicatas a receber</u>				
Valores faturados	411.056	351.629	411.690	352.264
Valores a faturar	<u>73.132</u>	<u>69.088</u>	<u>74.646</u>	<u>70.488</u>
	<b>484.188</b>	<b>420.717</b>	<b>486.336</b>	<b>422.752</b>
 Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	 <u>(86.132)</u>	 <u>(63.709)</u>	 <u>(86.273)</u>	 <u>(63.709)</u>
<b>Total Contas a Receber</b>	<b><u>398.056</u></b>	<b><u>357.008</u></b>	<b><u>400.063</u></b>	<b><u>359.043</u></b>

## Resumo por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldos a vencer (*)	262.975	233.748	264.958	235.126
Saldos vencidos até 120 dias	86.012	86.695	86.012	87.352
Saldos vencidos de 121 a 360 dias	68.228	66.525	68.228	66.525
Saldos vencidos acima 361 dias	<u>66.973</u>	<u>33.749</u>	<u>67.138</u>	<u>33.749</u>
	<b><u>484.188</u></b>	<b><u>420.717</u></b>	<b><u>486.336</u></b>	<b><u>422.752</u></b>

(\*) Neste período o vencimento dessas contas dá-se, em média, em 43 dias (39 dias em 31 de Dezembro de 2012).

## Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo no início do exercício	(63.709)	(42.720)	(63.709)	(42.880)
Baixa de títulos incobráveis	51.410	55.822	51.410	57.018
Adições de glosas e créditos de liquidação duvidosa (Notas 22 e 25)	<u>(73.833)</u>	<u>(76.811)</u>	<u>(73.974)</u>	<u>(77.847)</u>
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b><u>(86.132)</u></b>	<b><u>(63.709)</u></b>	<b><u>(86.273)</u></b>	<b><u>(63.709)</u></b>

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2013, a concentração dos quatro principais clientes é de 42% do total da carteira (40% em 31 de dezembro de 2012).

## 8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
“Kits” para diagnósticos	9.138	11.133	9.138	11.133
Material de enfermagem e coleta	4.105	3.740	4.105	3.740
Materiais auxiliares para laboratório	1.915	2.359	1.915	2.359
Materiais administrativos, promocionais e outros.	<u>1.702</u>	<u>1.606</u>	<u>1.702</u>	<u>1.606</u>
	<b><u>16.860</u></b>	<b><u>18.838</u></b>	<b><u>16.860</u></b>	<b><u>18.838</u></b>



## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	34.307	42.561	34.696	42.818
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (b)	25.292	20.156	25.573	20.357
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	18.276	1.116	18.413	1.254
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (d)	4.168	9.107	4.168	9.107
Funrural (e)	1.562	1.563	1.562	1.577
Contribuição para o financiamento da seguridade Social - COFINS (f)	108	2.142	187	2.225
Imposto sobre serviços - ISS (g)	92	893	92	893
Programa de Integração Social- PIS (h)	<u>26</u>	<u>837</u>	<u>60</u>	<u>856</u>
	<b><u>83.831</u></b>	<b><u>78.375</u></b>	<b><u>84.751</u></b>	<b><u>79.087</u></b>

(a) IRRF sobre o resgate de aplicações financeiras e sobre a prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras pessoas jurídicas.

(b) CSLL sobre a prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras pessoas jurídicas.

(c) IRPJ - saldo negativo de períodos anteriores

(d) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais onde há cessão de mão de obra pela Sociedade.

(e) Funrural pago por empresas incorporadas. Tais valores serão restituídos através de processo administrativo em trânsito.

(f) COFINS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a operadoras de plano de saúde e outras pessoas jurídicas.

(g) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para operadoras de planos de saúde.

(h) PIS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a operadoras de plano de saúde e outras pessoas jurídicas.

**10. INVESTIMENTOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12//2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fleury CPMA (controlada direta)	28.541	19.344	-	-
Papaiz (controlada indireta)	=	=	<u>7.560</u>	=
	<b>28.541</b>	<b>19.344</b>	<b>7.560</b>	-
Outros	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>246</u>
	<b><u>28.787</u></b>	<b><u>19.590</u></b>	<b><u>7.806</u></b>	<b><u>246</u></b>

	<u>Fleury CPMA</u>	<u>Papaiz</u>
Participação	100%	51%
Capital social integralizado	77.131	1.466
Patrimônio líquido	27.190	1.708

Movimentação dos saldos de investimentos:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>19.590</b>	<b>246</b>
Aumento de Capital	11.800	-
Equivalência patrimonial	(2.603)	354
Adição por aquisição	=	<u>7.206</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>28.787</u></b>	<b><u>7.806</u></b>

**11. IMOBILIZADO**

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	8	411.336	(201.538)	209.798	196.366
Instalações	10	223.546	(59.678)	163.868	142.915
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	73.110	(66.039)	7.071	7.333
Equipamentos de informática	20	56.327	(38.683)	17.644	18.120
Móveis e utensílios	10	43.588	(27.914)	15.674	17.273
Imóveis	2	28.138	(3.386)	24.752	25.175
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	784
Outros	-	<u>719</u>	<u>(642)</u>	<u>77</u>	<u>133</u>
		<b><u>848.252</u></b>	<b><u>(397.880)</u></b>	<b><u>450.372</u></b>	<b><u>419.587</u></b>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	8	417.671	(204.817)	212.854	199.538
Instalações	10	225.318	(60.899)	164.419	143.645
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	75.253	(68.073)	7.180	7.526
Equipamentos de informática	20	56.915	(39.212)	17.703	18.206
Móveis e utensílios	10	44.693	(28.610)	16.083	17.793
Imóveis	2	28.138	(3.386)	24.752	25.175
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	784
Outros	-	<u>719</u>	<u>(642)</u>	<u>77</u>	<u>133</u>
		<b><u>860.195</u></b>	<b><u>(405.639)</u></b>	<b><u>454.556</u></b>	<b><u>424.288</u></b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldos no início do exercício	419.587	361.013	424.288	375.625
<b>Adições:</b>				
Máquinas e equipamentos	53.223	63.237	53.715	66.011
Instalações	42.754	44.974	42.755	48.904
Equipamentos de informática	7.103	5.352	7.103	5.459
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.414	2.271	4.414	2.271
Móveis e utensílios	1.797	2.391	1.797	2.480
Outros	-	<u>713</u>	-	<u>1.162</u>
<b>Total de adições</b>	<b><u>109.291</u></b>	<b><u>118.938</u></b>	<b><u>109.784</u></b>	<b><u>126.287</u></b>
Transferências	(201)	(1.077)	(201)	(1.077)
Baixas líquidas	(6.857)	(6.915)	(6.857)	(7.091)
Depreciações	(71.448)	(66.681)	(72.458)	(69.456)
Saldo de aquisição/incorporação	=	<u>14.309</u>	=	=
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b><u>450.372</u></b>	<b><u>419.587</u></b>	<b><u>454.556</u></b>	<b><u>424.288</u></b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$968 (R\$1.476 em 31 de dezembro de 2012) para máquinas e equipamentos.

## 12. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2013			31/12/2012
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Saldo	Saldo
			acumulada	líquido	líquido
Ágios	-	1.353.125	(44.413)	1.308.712	1.308.712
Contratos de clientes	10	154.387	(34.737)	119.650	135.089
Direito de uso de software	20	143.983	(65.926)	78.057	59.125
Marcas e patentes	7	13.226	(3.144)	10.082	11.012
Franquias	-	<u>2.550</u>	=	<u>2.550</u>	<u>2.550</u>
		<b><u>1.667.271</u></b>	<b><u>(148.220)</u></b>	<b><u>1.519.051</u></b>	<b><u>1.516.488</u></b>

  

		Consolidado			
		31/12/2013			31/12/2012
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Saldo	Saldo
			acumulada	Líquido	Líquido
Ágios	-	1.364.466	(44.413)	1.320.053	1.320.053
Contratos de clientes	10	156.573	(34.846)	121.727	135.089
Direito de uso de software	20	144.519	(66.330)	78.189	59.305
Marcas e patentes	7	14.963	(3.767)	11.196	12.301
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Contrato de não competição	10	825	(103)	722	-
		<b><u>1.683.896</u></b>	<b><u>(149.459)</u></b>	<b><u>1.534.437</u></b>	<b><u>1.529.298</u></b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldos no início do exercício	1.516.488	1.467.808	1.529.298	1.515.418
<b>Adições:</b>				
Ágios	-	7.121	-	7.121
Contratos de clientes	-	-	2.186	-
Direito de uso de software	38.765	36.442	38.765	36.558
Contrato de não competição	=	=	<u>825</u>	=
<b>Total de adições</b>	<b><u>38.765</u></b>	<b><u>43.563</u></b>	<b><u>41.776</u></b>	<b><u>43.679</u></b>
Transferências (*)	201	35.622	201	1.077
Baixas líquidas	(339)	(69)	(339)	(69)
Amortizações	(35.869)	(30.559)	(36.304)	(30.807)
Outros	(195)	-	(195)	-
Saldo de aquisição/incorporação	=	<u>123</u>	=	=
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b><u>1.519.051</u></b>	<b><u>1.516.488</u></b>	<b><u>1.534.437</u></b>	<b><u>1.529.298</u></b>

(\*) *Principalmente composta pelo ágio de controladas incorporadas durante os exercícios, previamente classificadas junto ao investimento.*

A amortização do ativo intangível está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

#### Revisão de perda por redução ao valor recuperável

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Sociedade. Segue abaixo a alocação do ágio por UGC:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Medicina diagnóstica	1.105.143	1.105.143
Hospitais	<u>214.910</u>	<u>214.910</u>
	<b><u>1.320.053</u></b>	<b><u>1.320.053</u></b>

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 13,5% ao ano (2012 - 11%).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas e na inflação do preço da matéria-prima, salários, aluguéis e outras despesas para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5% (2012 - 5%) que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada para o setor. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UGC.

### Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e desenvolvimento sobre os mesmos e são ativos intangíveis com vida útil definida, estimada em cinco anos.

### Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. A Sociedade atribui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil total estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>				
Debêntures	70.816	1.669	70.816	1.669
Empréstimos em moeda local	2.616	20.504	2.616	20.504
Empréstimos em moeda estrangeira	=	<u>66.159</u>	=	<u>66.159</u>
	<u><b>73.432</b></u>	<u><b>88.332</b></u>	<u><b>73.432</b></u>	<u><b>88.332</b></u>
	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Não circulante</b>				
Debêntures	900.000	450.000	900.000	450.000
Empréstimos em moeda local	11.094	21.312	11.094	21.312
Empréstimos em moeda estrangeira	=	<u>419</u>	=	<u>419</u>
	<u><b>911.094</b></u>	<u><b>471.731</b></u>	<u><b>911.094</b></u>	<u><b>471.731</b></u>
<b>Total dos Empréstimos e Financiamentos</b>	<u><b>984.526</b></u>	<u><b>560.063</b></u>	<u><b>984.526</b></u>	<u><b>560.063</b></u>

## **Debêntures**

A Sociedade utilizou das emissões de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar seu perfil de dívida e financiar seus investimentos e aquisições dos próximos anos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantias (quirografárias).

### 1ª Emissão de Debêntures

A Sociedade realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em duas séries, encerrada em 12 de dezembro de 2011.

Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$450.000, em duas séries:

As “Debêntures da Primeira Série”, com total de R\$150.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,94% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

As “Debêntures da Segunda Série” com total de R\$300.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

### 2ª Emissão de Debêntures

A Sociedade realizou a Segunda emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em série única, encerrada em 19 de fevereiro de 2013.

Foram subscritas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um total de R\$500.000, com prazo de sete anos, vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,85% ao ano.

A amortização das debêntures será realizada em três parcelas anuais e iguais em 15 de fevereiro de 2018, de 2019 e de 2020. O pagamento da remuneração será semestral, não havendo previsão de repactuação programada.



## Composição das debêntures emitidas:

	<b>Valor Emissão (R\$)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Vencido</b>	<b>Juros (a)</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
					<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
1ª Emissão - Primeira Série	10.000	15.000	dez/16	CDI + 0, 94% a.a	150.735	150.544
1ª Emissão - Segunda Série	10.000	30.000	dez/18	CDI + 1,20% a.a	301.507	301.125
2ª Emissão - Série Única	10.000	50.000	fev/20	CDI + 0,85% a.a.	<u>518.574</u>	<u>-</u>
					<b><u>970.816</u></b>	<b><u>451.669</u></b>
Passivo Circulante					70.816	1.669
Passivo Não Circulante					900.000	450.000

(a) Em 31 de dezembro de 2013, a taxa equivalente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) foi de 9,8 % a.a. (em 31 de dezembro de 2012, a taxa equivalente do CDI foi de 6,9% a.a.).

Os vencimentos das parcelas alocadas no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2013 estão disponibilizados como seguem:

<b>Vencimento</b>	<b>1ª Emissão (1ª Série)</b>	<b>1ª Emissão (2ª Série)</b>	<b>2ª Emissão Série Única</b>	<b>Consolidado</b>
2015	50.000			50.000
2016	50.000	100.000		150.000
2017		100.000		100.000
2018		100.000	166.667	266.667
2019			166.667	166.667
2020			166.666	<u>166.666</u>
				<b><u>900.000</u></b>

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros: Dívida Financeira Líquida/ *Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA)*, menor ou igual a três vezes; e/ou EBITDA/Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 1,5 vezes a ser verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pela emissora à CVM.

Dívida Financeira Líquida: é o resultado da diferença entre o saldo devedor da conta principal + os juros de empréstimos e financiamentos (de curto e longos prazos) com instituições financeiras (incluindo operações no mercado de capitais) e o saldo de caixa e de bancos + as equivalências de caixa acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da emissora apresentadas à CVM;

EBITDA: é o resultado do lucro ou do prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização relativos a um período de 12 meses;

Despesa Financeira Líquida: é o resultado da diferença do saldo das despesas financeiras brutas consolidadas e do saldo das receitas financeiras brutas consolidadas relativas a um período de 12 meses, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da emissora.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados.

### **Demais empréstimos e financiamentos**

Demais empréstimos e financiamentos têm vencimento até 2020 e cupons médios de 6,6% a.a. (em 31 de dezembro de 2012, a taxa de equivalência do CDI foi de 6,9% a.a.).

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos demais empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, são como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
2015	3.317
2016	3.035
2017	1.874
2018	1.075
2019 em diante	<u>1.793</u>
	<b><u>11.094</u></b>

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo entre outros: a efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (setembro e dezembro).

Junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), a Sociedade possui contratos que somam um montante de R\$10.657, em 31 de dezembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2012, R\$8.398). A FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de qualquer obrigação decorrente ao contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento, sendo esta cláusula indispensável para assinatura do contrato.

### **Empréstimos em moeda estrangeira**

O Grupo Fleury utiliza instrumentos financeiros para proteção dos riscos identificados. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira.

A Sociedade não possui contratos para financiamento em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2012, R\$ 66.578).

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fornecedores nacionais	102.270	65.572	102.965	66.331
Fornecedores estrangeiros	<u>1.347</u>	<u>4.666</u>	<u>1.347</u>	<u>4.666</u>
	<b><u>103.617</u></b>	<b><u>70.238</u></b>	<b><u>104.312</u></b>	<b><u>70.997</u></b>

## 15. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Férias e 13º salário a pagar	36.005	31.741	36.005	31.741
Encargos sociais a recolher e outros	12.355	10.261	12.355	10.261
Salários a pagar	<u>1.087</u>	<u>1.100</u>	<u>1.087</u>	<u>1.100</u>
	<b><u>49.447</u></b>	<b><u>43.102</u></b>	<b><u>49.447</u></b>	<b><u>43.102</u></b>

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento REFIS – Lei 11.941 (a)	55.874	46.480	55.874	46.480
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importações (b)	18.640	17.021	18.640	17.021
Depósitos Judiciais (ICMS) (b)	(15.016)	(14.024)	(15.016)	(14.024)
Parcelamento de Imposto Sobre Serviços - ISS (c)	11.775	15.367	11.775	15.737
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial - Prefis) (d)	3.893	3.891	3.893	3.891
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher (e)	2.114	5.749	2.164	5.787
Parcelamento ICMS (f)	2.056	2.427	2.056	2.427
PIS a recolher	1.045	731	1.045	733
IRRF	1.020	2.994	1.031	3.005
INSS a recolher	906	1.152	906	1.152
Parcelamento de Niteroi	842	1.333	842	1.333
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	-	1.192	-	1.192
Outros	<u>3.800</u>	<u>3.875</u>	<u>3.801</u>	<u>3.967</u>
	<b><u>86.949</u></b>	<b><u>88.188</u></b>	<b><u>87.011</u></b>	<b><u>88.701</u></b>
Circulante	23.691	29.950	23.753	30.463
Não circulante	63.258	58.238	63.258	58.238

- (a) A Sociedade aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, regulamentado pela Lei 11.941/2009. O pedido de adesão abarcou débitos que já se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como novos débitos. Para pagamento dos valores de multa e juros destes débitos parcelados, a Sociedade realizou o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, sendo o valor principal parcelado em até 180 meses, com redução de 60% da multa, 25% dos juros e de 100% dos encargos legais, nos termos do artigo 1º dessa Lei e dos artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade.

Em 10 de Outubro de 2013 foi publicada a Lei 12.865/13 que reabriu o prazo para adesão ao REFIS IV. Assim, a Sociedade decidiu incluir débitos tributários no montante de R\$ 18.982 que eram objeto de discussões judiciais. Com os benefícios trazidos pelo REFIS IV estes passaram a totalizar R\$ 14.578.

- (b) A Sociedade é requerida a recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado. A Sociedade mantém um processo judicial contra o Estado de São Paulo, pois, em seu entendimento, esta cobrança é indevida. Do montante total provisionado pela Sociedade, encontram-se depositados em juízo, o valor de R\$15.016 em 31 de dezembro 2013, aguardando a consolidação pela Receita Federal do Brasil.
- (c) Parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, referente a débitos tributários de ISS.
- (d) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. De acordo com o facultado pela Lei 17.384/07, a Sociedade renunciou à participação neste parcelamento, o que lhe permitiu a remissão do valor parcial do débito principal atualizado monetariamente em conformidade com a Legislação Municipal, aguardando homologação do pedido.
- (e) ISS próprio incidente sobre a prestação de serviços

- (f) A Sociedade aderiu ao Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – REFERJ para parcelamento de débitos de ICMS, incidentes sobre importações da empresa adquirida Labs Cardiolab.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2015	10.348
2016	6.740
2017	4.333
2018	4.234
2019 em diante	<u>37.603</u>
	<b><u>63.258</u></b>

## 17. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12//2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante	8.585	10.100	9.079	10.574
Não Circulante	<u>16.106</u>	<u>24.462</u>	<u>16.354</u>	<u>24.746</u>
	<b><u>24.691</u></b>	<b><u>34.562</u></b>	<b><u>25.433</u></b>	<b><u>35.320</u></b>

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	7.604	7.852
2015	4.877	4.877
2016	1.492	1.492
2017	786	786
2018 em diante	<u>1.347</u>	<u>1.347</u>
	<b><u>16.106</u></b>	<b><u>16.354</u></b>

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fiscais e previdenciárias	12.033	39.223	12.033	39.223
Trabalhistas	17.675	22.670	17.675	22.670
Cíveis	<u>2.044</u>	<u>3.277</u>	<u>2.044</u>	<u>3.277</u>
	<b>31.752</b>	<b>65.170</b>	<b>31.752</b>	<b>65.170</b>
Depósitos judiciais	<u>(13.663)</u>	<u>(13.646)</u>	<u>(13.663)</u>	<u>(13.646)</u>
	<b><u>18.089</u></b>	<b><u>51.524</u></b>	<b><u>18.089</u></b>	<b><u>51.524</u></b>

A movimentação da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	
Fiscais e previdenciárias	39.223	522	(12.062)	(17.606)	1.956	12.033
Trabalhistas	22.670	17.000	(19.595)	(3.613)	1.213	17.675
Cíveis	<u>3.277</u>	<u>240</u>	<u>(1.343)</u>	<u>(266)</u>	<u>136</u>	<u>2.044</u>
	<b><u>65.170</u></b>	<b><u>17.762</u></b>	<b><u>(33.000)</u></b>	<b><u>(21.485)</u></b>	<b><u>3.305</u></b>	<b><u>31.752</u></b>
Depósitos judiciais	<u>(13.646)</u>	=	=	=	<u>(17)</u>	<u>(13.663)</u>
	<b><u>51.524</u></b>	<b><u>17.762</u></b>	<b><u>(33.000)</u></b>	<b><u>(21.485)</u></b>	<b><u>3.288</u></b>	<b><u>18.089</u></b>

### Processos classificados como risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

## **Fiscais e previdenciárias**

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão e depósito judicial integral para cobrir riscos no valor de R\$5.912 em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.463 em 31 de dezembro de 2012).

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia optou por desistir do questionamento envolvendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no que tange à sua majoração de alíquota de 2% para 3%, introduzida pela Lei 9.718/98, revogando dispositivo da Lei Complementar nº 70/91. O valor de R\$ 8.736 anteriormente provisionado foi pago em parcela única de R\$ 5.004, tendo em vista as reduções concedidas pela Lei 11.941/2009 (Refis IV), cujo prazo para adesão foi reaberto pela Lei 12.865/2013.

## **Trabalhistas e Cíveis**

A Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

### Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade possui um montante consolidado de R\$301.287 (R\$255.878 em 31 de dezembro de 2012) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, dos quais R\$195.827 referentes a questões fiscais e previdenciárias, R\$38.430 referentes a questões cíveis e R\$67.030 referentes a questões trabalhistas.

A Companhia foi citada em Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas. Adicionalmente, a ACP requer o pagamento no valor de R\$5.000 a título de danos morais coletivos. A Companhia está se defendendo desta Ação e tem plena convicção de que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos.

### Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para garantir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$12.968 na controladora e R\$12.970 no consolidado, em 31 de dezembro de 2013 (R\$10.852 na controladora e R\$10.855 no consolidado em 31 de dezembro de 2012), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.



## 19. COMPROMISSOS

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas com aluguéis de imóveis na Sociedade foram de R\$96.822 (R\$76.197 em 31 de dezembro de 2012).

Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$441.860 em 31 de dezembro de 2013 (R\$273.533 em 31 de dezembro de 2012). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2014	95.888
2015	87.827
2016	69.173
2017	57.698
2018 em diante	<u>131.274</u>
	<b><u>441.860</u></b>

## 20. PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Despesas com aluguel:</b>				
Transinc Serviços Médicos S.A (a)	(3.975)	(6.520)	(3.975)	(6.520)
Fundo Investimento Imobiliário EDOM (b)	(2.949)	-	(2.949)	-
<b>Despesa com benefícios:</b>				
Empresas associadas à Bradseg (c)	<u>(75.119)</u>	<u>(45.455)</u>	<u>(75.119)</u>	<u>(45.873)</u>
	<b><u>(82.043)</u></b>	<b><u>(51.975)</u></b>	<b><u>(82.043)</u></b>	<b><u>(52.393)</u></b>
<b>Saldo Patrimonial:</b>				
Transinc Serviços Médicos S.A	-	(551)	-	(551)
Fundo Inv. Imobiliário EDOM	(590)	-	(590)	-
Empresas associadas à Bradseg	(2.093)	(58)	(2.093)	(58)
<b>Ativos:</b>				
Bradesco (d)	<u>284.292</u>	<u>3.590</u>	<u>284.292</u>	<u>3.616</u>
	<b><u>281.609</u></b>	<b><u>2.981</u></b>	<b><u>281.609</u></b>	<b><u>3.007</u></b>

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa que é controladora indireta do Grupo Fleury, Core Participações. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

(b) No ano de 2013 a Transinc Serviços Médicos S.A. transferiu certos imóveis para o Fundo Investimentos Imobiliário EDOM, que é composto pelos mesmos acionistas da Transinc.

(c) A Bradseg, acionista de Integritas (controladora do Grupo Fleury), detém o controle da Bradesco Seguros que, por sua vez detém o controle da Odontoprev, que, por sua vez, é controladora da Clidec, empresa sócia do Fleury no Grupo Papaiz. Os valores relacionados referem-se a contratos de fornecimento de serviços, cujos principais são plano de saúde, alimentação/refeição e transporte. O aumento da despesa verificado refere-se a migrações de cobertura com outras operadoras para associadas à Bradseg, durante o último trimestre de 2012.

Diversas empresas associadas à Bradseg estão entre os maiores clientes do Grupo Fleury, sendo essa receita não divulgada por motivo de competitividade.

(d) Junto ao Bradesco, o Grupo Fleury detém aplicações financeiras e saldos em contas bancárias. Em 31 de dezembro de 2013, as operações de aplicações consistem em um fundo exclusivo que se enquadra na categoria de renda fixa e em operações compromissadas, nos patamares de rentabilidade conforme demonstrado na nota de caixa e equivalentes de caixa.

A remuneração dos administradores, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclui salários, pró-labore e bônus, no montante de R\$6.939 (R\$7.225 em 2012), e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

A Sociedade não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013, totalmente integralizado, é de R\$1.402.531, representado por 156.293.356 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações ordinárias.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender o exercício de opções no âmbito da Primeira Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 09 de fevereiro de 2010, no valor de R\$1.622, mediante a emissão de 89.437 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 18,14 por ação, conforme estabelecido no âmbito da primeira outorga.

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 20 de dezembro de 2013, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído foi de R\$20.000, com origem da reversão de parte do saldo da conta de reserva para investimentos, corresponde a R\$0,13 por ação com base na posição acionária de 09 de dezembro de 2013.

Em 21 de novembro de 2013, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído foi de R\$18.286, com origem da reversão de parte da reserva para investimento no valor de R\$3.338 e do lucro do exercício apurado até setembro de 2013 no valor de R\$14.948, corresponde a R\$0,12 por ação, com base na posição acionária de 06 de novembro de 2013.

Em 21 de agosto de 2013, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído de R\$43.646, com origem do lucro do exercício apurado até junho de 2013, corresponde a R\$0,28 por ação, com base na posição acionária de 07 de agosto de 2013.

Em 28 de dezembro de 2012, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$16.000, corresponde a R\$0,10 por ação, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2012.

Em 17 de agosto de 2012, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído de R\$20.000, corresponde a R\$0,13 por ação, com base na posição acionária de 03 de agosto de 2012.

#### Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

## **22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta	1.848.050	1.640.971	1.856.215	1.687.986
Glosas	(72.450)	(75.274)	(72.591)	(76.306)
Abatimentos	(8.820)	(2.546)	(8.820)	(2.585)
Impostos	<u>(117.447)</u>	<u>(104.660)</u>	<u>(117.908)</u>	<u>(107.312)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>1.649.333</u></b>	<b><u>1.458.491</u></b>	<b><u>1.656.896</u></b>	<b><u>1.501.783</u></b>

**23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal e médicos	(622.469)	(523.673)	(631.527)	(546.968)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(256.563)	(194.669)	(256.573)	(200.656)
Materiais e terceirizações	(177.436)	(162.789)	(177.436)	(164.947)
Gastos gerais	(136.459)	(113.810)	(136.587)	(115.216)
Depreciação e amortização	<u>(81.352)</u>	<u>(67.720)</u>	<u>(82.797)</u>	<u>(70.743)</u>
	<b><u>(1.274.279)</u></b>	<b><u>(1.062.661)</u></b>	<b><u>(1.284.920)</u></b>	<b><u>(1.098.530)</u></b>

**24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal e médicos	(101.830)	(76.577)	(101.830)	(77.692)
Depreciação e amortização	(25.965)	(29.520)	(25.965)	(29.520)
Promoções e eventos	(29.546)	(26.312)	(29.546)	(26.451)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(17.132)	(16.952)	(17.132)	(17.146)
Serviços de consultoria	(18.090)	(16.659)	(18.090)	(16.999)
Serviços contratados de advocacia	(6.184)	(7.318)	(6.184)	(7.323)
Materiais e terceirizações	(5.275)	(2.562)	(5.275)	(2.583)
Outros	<u>(12.004)</u>	<u>(12.465)</u>	<u>(12.004)</u>	<u>(12.783)</u>
	<b><u>(216.026)</u></b>	<b><u>(188.365)</u></b>	<b><u>(216.026)</u></b>	<b><u>(190.497)</u></b>

**25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.383)	(1.557)	(1.383)	(1.561)
Resultado líquido na baixa de ativos	(6.099)	(237)	(6.099)	(414)
Outras	<u>5.402</u>	<u>9.022</u>	<u>5.444</u>	<u>5.215</u>
	<b><u>(2.080)</u></b>	<b><u>7.228</u></b>	<b><u>(2.038)</u></b>	<b><u>3.240</u></b>

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	45.599	20.462	45.649	20.575
Variação cambial	2.994	8.991	2.994	9.004
Instrumentos financeiros derivativos	2.916	13.801	2.916	13.801
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.811	1.926	1.811	1.942
Outros	3.762	1.980	3.773	2.041
	<b><u>57.082</u></b>	<b><u>47.160</u></b>	<b><u>57.143</u></b>	<b><u>47.363</u></b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre debêntures	(79.817)	(41.947)	(79.817)	(41.947)
Atualização monetária de contas a pagar e aquisição de empresas	(8.917)	(14.092)	(8.974)	(14.477)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.872)	(11.562)	(6.873)	(11.823)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.249)	(10.683)	(4.249)	(10.683)
Taxas e despesas bancárias	(3.824)	(3.073)	(3.826)	(3.126)
Atualização monetária de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(3.366)	(3.363)	(3.366)	(3.363)
Variação Cambial	(2.761)	(15.086)	(2.761)	(15.109)
Outros	(5.602)	(5.360)	(5.606)	(5.454)
	<b><u>(115.408)</u></b>	<b><u>(105.166)</u></b>	<b><u>(115.472)</u></b>	<b><u>(105.982)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(58.326)</u></b>	<b><u>(58.006)</u></b>	<b><u>(58.329)</u></b>	<b><u>(58.619)</u></b>

## 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo fiscal	149.642	95.898	149.642	95.898
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	42.126	75.227	42.126	75.227
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	86.133	63.709	86.133	63.709
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível para fins tributários em períodos futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Reavaliação do ativo	(1.517)	(2.286)	(1.517)	(2.286)
Provisão Stock Options	7.680	-	7.680	-
Resultado de Hedge	1.333	-	1.333	-
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(91.965)	(112.949)	(91.965)	(112.949)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais (a)	(608.692)	(387.464)	(608.692)	(387.464)
Alocação de ágio – Papaiz	-	-	(3.268)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b><u>(390.478)</u></b>	<b><u>(243.083)</u></b>	<b><u>(393.746)</u></b>	<b><u>(243.083)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<b><u>(132.763)</u></b>	<b><u>(82.648)</u></b>	<b><u>(133.874)</u></b>	<b><u>(82.648)</u></b>
Ativo não circulante	119.317	99.740	119.317	99.740
Passivo não circulante	(252.080)	(182.388)	(253.191)	(182.388)

(a) Ágio de incorporação de empresas, principalmente LabsCardiolab.

A expectativa da Companhia é que os valores fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, no montante líquido de R\$132.763, sejam realizáveis através da capacidade de geração dos resultados projetados para os próximos oito anos, de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2014	15.511
2015	(3.031)
2016	(94.154)
2017	(36.594)
2018	(1.891)
2019 a 2021	(13.715)

As expectativas de realização dos valores registrados em 31 de dezembro de 2013 foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios. Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, correntes e diferidos, no resultado são reconciliados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	111.258	154.847	111.177	155.892
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>IRPJ e CSLL esperados</b>	<b><u>(37.828)</u></b>	<b><u>(52.648)</u></b>	<b><u>(37.800)</u></b>	<b><u>(53.003)</u></b>
Benefício da distribuição em forma de Juros sobre o Capital Próprio	-	8.779	-	8.779
Depreciação	-	3.259	-	3.259
Equivalência patrimonial	(885)	(128)	(885)	-
Resultado na liquidação de hedge	(3.830)	-	(3.830)	-
Outras despesas indedutíveis - permanentes	<u>(7.572)</u>	<u>(7.521)</u>	<u>(7.519)</u>	<u>(8.339)</u>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(50.115)</u></b>	<b><u>(48.259)</u></b>	<b><u>(50.034)</u></b>	<b><u>(49.304)</u></b>
Corrente	-	-	-	(1.045)
Diferido	(50.115)	(48.259)	(50.034)	(48.259)

A Sociedade realiza a apuração do IRPJ, CSLL e da contribuição para o PIS e COFINS com base nas regras do Regime de Transição Tributária (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 a fim de neutralizar os efeitos dos ajustes contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07. Desta forma, a apuração destes tributos continua a ser determinada com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76.

## 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Previdência Privada

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O referido plano é de contribuição definida e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R\$1.900 (R\$1.823 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), registradas em “Custos” e “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Sociedade ou o Fleury CPMA podem participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

#### Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa

#### Contribuição da Sociedade

Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

### Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.



O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

As seguintes outorgas foram realizadas até a data:

<u>Data</u>	<u>Opções de Compras Outorgadas</u>	<u>Preço do Exercício das Opções*</u>	<u>Posição em 31/12/2013</u>		<u>Posição em 31/12/2012</u>	
			<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>
Outorga de 2013 30 de Abril de 2013	1.189.296	19,74	1.087.804	20,33	-	-
Outorga de 2012 02 de Maio de 2012	732.746	24,21	533.321	26,05	623.163	24,93
Outorga de 2011 22 de Fevereiro de 2011	327.825	25,76	183.625	29,07	204.122	27,82
Outorga de 2010 02 de Fevereiro de 2010	552.624	16,00	127.132	18,87	135.397	18,06

\* O preço das opções será atualizado pela variação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade reconheceu uma despesa “pro-rata”, no valor de R\$3.914 (R\$1.205 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 lançada em “Despesas Gerais e Administrativas”).

## 29. LUCRO POR AÇÃO

### Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	61.143	106.588
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	156.293.356	156.270.003
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>156.293.356</u>	<u>156.270.003</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,39</u>	<u>0,68</u>

### Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	61.143	106.588
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	156.293.356	156.270.003
Ajuste por opções de compra de ações	<u>6.709</u>	<u>48.133</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>156.300.065</u>	<u>156.318.136</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,39</u>	<u>0,68</u>

### 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração efetua análises do Grupo Fleury baseada em três segmentos de negócios relevantes: Medicina Diagnóstica, Medicina Integrada e Dental. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	31/12/2013				31/12/2012		
	Medicina Diagnóstica <u>MD</u>	Medicina Integrada <u>MI</u>	<u>Dental</u>	<u>Consolidado</u>	Medicina Diagnóstica <u>MD</u>	Medicina Integrada <u>MI</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.374.296</b>	<b>282.600</b>	-	<b>1.656.896</b>	<b>1.234.504</b>	<b>267.279</b>	<b>1.501.783</b>
<b>Resultado do segmento</b>	<b>243.709</b>	<b>34.205</b>	-	<b>277.914</b>	<b>256.832</b>	<b>57.942</b>	<b>314.774</b>
<b>Resultado de Equivalência controlada indireta</b>	-	-	<b>354</b>	<b>354</b>	-	-	-
Depreciação e amortização				(108.762)			(100.263)
Resultado financeiro				(58.329)			(58.619)
Lucro líquido antes dos impostos				111.177			155.892
O ativo total inclui:							
Ágio	1.105.143	214.910	-	1.320.053	1.105.143	214.910	1.320.053
Marca	10.082	1.114	-	11.196	11.013	1.288	12.301
Contratos	-	121.727	-	121.727	-	135.089	135.089
Ativos não alocados				<u>1.758.191</u>			<u>1.270.716</u>
Ativo total				3.211.167			2.738.159

De acordo com o CPC 19 (R2) a controlada indireta "Papaiz" é avaliada pelo método de equivalência patrimonial por possuir controle compartilhado. Segue abaixo abertura do segmento Dental:

Receita Líquida	6.715
Resultado do Segmento	1.167
Depreciação e amortização	(162)
Resultado financeiro	<u>(129)</u>
Lucro antes dos impostos	876
Imposto de renda e Contribuição social	<u>(522)</u>
<b>Resultado empresa</b>	<b><u>354</u></b>

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$1.152. Os contratos possuem prazo de vigência até novembro de 2014. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2013:

	<u>Consolidado</u>
Riscos Operacionais	R\$ 532.000
Responsabilidade civil	R\$ 35.500
Transporte internacional - importação	US\$ 1.200

\*\*\*